

### **Comissão Coordenadora**

Proposta de relato da reunião que se realizou no dia 23 de maio de 2018, pelas 14h30, no Conselho Nacional de Educação (CNE), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Ponto da situação das atividades do Conselho;
3. Estado da Educação 2017;
4. Atividades das Comissões;
5. Outros assuntos.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, e do Secretário-Geral, Manuel Miguéns, os Conselheiros Bártolo Paiva Campos, Joana Brocardo, João Cravinho, Pedro Lourtie e Rui Canário. O Conselheiro Joaquim Azevedo participou via *Skype*.

A reunião iniciou-se com as boas-vindas dadas pela Senhora Presidente que agradeceu a presença das senhoras e senhores conselheiros.

De seguida, submeteu à consideração dos presentes a ordem de trabalhos da reunião e a proposta de relato da anterior, documentos que mereceram aprovação.

Passou à consideração dos pontos 1. e 2 da ordem de trabalhos:

- No dia 24 de maio pelas 17h30 o CNE organiza uma reunião informal sobre educação de infância, aproveitando a presença em Portugal de Gella Varnava-Skoura, professora da Universidade de Atenas, membro da direção da *European educational magazine Children in Europe* e editora da versão grega Παιδιά στην Ευρώπη;
- No dia 28 de maio terá lugar o seminário intitulado *Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros*;
- Os sete pareceres pedidos pelo Governo, concluídos e aprovados em plenário, foram remetidos aos órgãos de soberania e alguns já estão publicados em Diário da República;
- Estão em curso audições para o estudo das escolas resilientes;
- O CNE está a preparar um estudo sobre o desempenho dos alunos portugueses no TIMSS e no PIRLS, estando prevista uma primeira versão em final de maio;
- O CNE implementou um novo sistema de gestão documental, denominado SMARTMEC, com o intuito de desmaterializar procedimentos e diminuir o papel em circulação, em articulação com outros serviços do Ministério da Educação.

A Senhora Presidente iniciou o ponto 3. da ordem de trabalhos por dar a palavra aos Senhores Conselheiros que se pronunciaram sobre os temas e a estrutura do relatório Estado da Educação 2017.

Destacam-se as seguintes ideias:

Interessa compatibilizar a nova abordagem que parte dos sujeitos educativos com a comparabilidade dos dados;

O Estado da Educação de 2018 poderia denominar-se *Estado da Educação 2017/2018*, para acertar as datas. O facto de os dados disponíveis para análise no Estado da Educação em 2018 respeitarem a 2017 e de o relatório incluir este ano no título pode transmitir a ideia de desatualização;

O relatório pode apresentar a data do ano em que é publicado na capa, para além de a mesma constar da ficha técnica.

Neste ponto foi distribuído aos presentes uma proposta de estrutura do relatório para análise e sugestões. Do debate alargado salienta-se:

A escolha dos temas a incluir na segunda parte do relatório poderá seguir o critério de lançar ou aprofundar uma questão importante. O CNE pode desempenhar um papel de catalisador. Existem temas que estão ou devem estar em debate público e que requerem que se produzam documentos de fundo, que alimentem um maior conhecimento daquilo que está em causa.

Poderão ser tratados os temas da educação no interior, do acesso ao ensino superior, da reconversão do modelo escolar, da equidade, do ensino profissional, da flexibilidade curricular.

Habitualmente os temas que constam da segunda parte do relatório Estado da Educação são da autoria de investigadores externos.

No âmbito do tema da educação no interior importa ter presente que o movimento para o interior não pode ser pensado à margem do movimento para o litoral. A aglomeração urbana é o ponto crítico do progresso tecnológico.

Existem regiões do litoral que apresentam questões semelhantes às do interior. Os problemas não estão dissociados. Poderão ser selecionados conselhos pela sua atipicidade.

Neste ponto a Senhora Presidente fez uma breve síntese das sugestões e referiu que além do tema da educação no interior poderia ser interessante tratar o tema da reconversão do modelo escolar, em função do “Perfil” e das novas orientações organizacionais e curriculares. Propôs que se trabalhasse em simultâneo nesses dois temas.

De seguida, a Senhora Presidente passou à consideração do ponto 4. da ordem de trabalhos e deu a palavra aos Senhores Conselheiros.

1.ª CEP: os trabalhos relativos à elaboração dos dois pareceres sobre educação inclusiva e currículo dos ensinos básico e secundário, respetivamente, encontram-se concluídos. A comissão está a acompanhar o tema da gestão flexível do currículo, tendo realizado

uma audição ao Senhor Diretor-Geral da Educação. Serão realizadas outras audições em articulação com a 2.<sup>a</sup> CEP no âmbito da educação dos jovens dos 15-18 anos.

2.<sup>a</sup> CEP: os trabalhos da comissão em torno dos cinco projetos de parecer pedidos pelo Governo estão concluídos. A 2.<sup>a</sup> CEP está a trabalhar as questões do perfil dos jovens dos 15-24 anos, do acesso ao ensino superior e das necessidades educativas especiais no ensino superior. Neste âmbito serão realizadas audições com elementos do Observatório Permanente da Juventude, do Conselho Nacional da Juventude e dos serviços de psiquiatria do Hospital de Santa Maria.

3.<sup>a</sup> CEP: a próxima reunião será no dia 7 de junho p.f. e o Senhor Coordenador está a preparar um texto síntese para apresentar a debate nessa reunião. Propõem-se organizar um seminário, que poderá ser em julho ou no último trimestre do ano, sobre educação de adultos que abranja a educação de adultos no meio rural, a literacia, a agenda de competências e o Programa Qualifica. O Senhor Coordenador vai elaborar uma proposta de programa para o seminário que será apreciado na próxima reunião da 3.<sup>a</sup> CEP.

4.<sup>a</sup> CEP: o Senhor Coordenador apresentará a síntese dos trabalhos posteriormente pois teve de se ausentar.

5.<sup>a</sup> CEP: a comissão está a trabalhar o tema da participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação, constante do plano de atividades do CNE. Analisa-se, designadamente, em que medida a atribuição de competências às autarquias contribui para a qualidade da educação. A proposta de lei que procede à alteração da Lei das Finanças Locais já foi aprovada mas a sectorial ainda não. Existe a hipótese de realizar um seminário em novembro p.f. sobre a qualidade das ofertas de formação profissional. É importante perceber o contributo das avaliações realizadas pela IGEC para a gestão das melhorias da qualidade das ofertas, isto é, em que medida as entidades tomam em conta os resultados nas decisões adotadas.

6.<sup>a</sup> CEP: na primeira reunião, realizada no dia 16 de maio p.p., refletiram sobre o mandato da comissão e sobre o conteúdo do plano plurianual de atividades do CNE. Existe um compromisso com o Presidente da República para a realização de um seminário sobre o impacto das novas tecnologias e a relação com o sistema educativo. O seminário poderá ser realizado em dois blocos, sendo o primeiro em janeiro de 2019. Será feita uma reunião preparatória com os assessores do Presidente da República e o programa do seminário será submetido a ratificação na próxima reunião da 6.<sup>a</sup> CEP, a realizar no dia 4 de junho p.f. Os temas propostos para os bloco n.ºs 1 e 2 são “A educação e os desafios do futuro” e “A centralidade da educação face aos desafios do futuro. Onde estamos? Pontos da situação” (o Senhor Coordenador distribuiu a proposta de programa aos presentes).

A Senhora Presidente agradeceu a participação de todos e concluiu os trabalhos pelas 18 horas.